

Intelectuais e o horizonte democrático no Paraguai (1978-1986)

Intellectuals and the democratic horizon in Paraguay (1978-1986)

Paulo Alves Pereira Júnior

Doutorando em História da Universidade Estadual Paulista, Brasil
Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil
pauloapereirajr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1884-7598>
<http://lattes.cnpq.br/3101483144001444>

Resumo: A crise política da ditadura militar de Alfredo Stroessner no Paraguai se intensificou na década de 1980, motivada por conjunturas internas e externas. Nos principais jornais do país, intelectuais apresentaram projeções para um horizonte democrático, levando em conta o processo de liberalização da ditadura, a necessidade de uma nucleação pluripartidária e a importância da cidadania participativa. O objetivo deste artigo é analisar os discursos de Juan Andrés Cardozo, Alfredo M. Seiferheld e José Luis Simón a respeito dos princípios democráticos, de 1978 a 1986. Utilizaremos como aporte teórico-metodológico a perspectiva de História intelectual latino-americana de Carlos Altamirano (2008). O *corpus* documental corresponde a artigos publicados nos jornais *La Tribuna*, *ABC Color* e *El Pueblo*. Nossa hipótese é de que tais intelectuais auxiliaram na construção de uma teoria democrática no Paraguai.

Palavras-chave: Paraguai; História intelectual; Democracia.

Abstract: The political crisis of the military dictatorship of Alfredo Stroessner in Paraguay intensified in the 1980s, motivated by internal and external circumstances. In the country's main newspapers, intellectuals presented projections for a democratic horizon, considering the dictatorship's liberalization process, the need for multi-party nucleation and the importance of participatory citizenship. The objective of this article is to analyze the discourses of Juan Andrés Cardozo, Alfredo M. Seiferheld and José Luis Simón regarding democratic principles, from 1978 to 1986. We will use the perspective of Latin American intellectual history by Carlos Altamirano (2008) as a theoretical-methodological contribution. The documentary *corpus* corresponds to articles published in the newspapers *La Tribuna*, *ABC Color* and *El Pueblo*. Our hypothesis is that these intellectuals helped to construct a democratic theory in Paraguay.

Keywords: Paraguay; Intellectual history; Democracy.

O clima de esperança política e social marcou o início da década de 1990 no Paraguai. A queda do ditador Alfredo Stroessner em 1989, após trinta e cinco anos no poder, representou significativas mudanças no país: o retorno à legalidade de agremiações políticas e a criação de outras, como o Partido Comunista e o Partido Encontro Nacional, respectivamente; a desinstitucionalização do sistema repressivo; e o crescimento da participação popular na vida pública. Somam-se às transformações, o fortalecimento eleitoral do Partido Liberal Radical Autêntico, o crescimento de movimentos sociais que reivindicavam direitos e reparações aos crimes da ditadura, o retorno de exilados políticos e a constituinte de 1991. Apesar disso, o processo de liberalização da ditadura militar foi lento, pois o substituto de Stroessner era um militar, General Andrés Rodríguez, e a classe dirigente continuava sendo vinculada ao Partido Colorado, agremiação do antigo ditador.

A promulgação da Constituição de 1992 e o paulatino fortalecimento da cidadania, a proibição da participação militar na vida política, a valorização das instituições e a eleição de um presidente civil foram eventos que possibilitaram reflexões sobre os caminhos da democracia no país. Nesse período, intelectuais publicaram ensaios sobre a construção da cidadania e o processo democrático. O Centro de Documentação e Estudos (CDE), organização sem fins lucrativos que reúne pesquisadoras e pesquisadores das ciências sociais aplicadas, foi fundamental nesse processo, pois publicou importantes análises da conjuntura social e política e contribuiu para a discussão a respeito da construção democrática do Paraguai.

Como exemplo, citaremos três importantes livros publicados pelo CDE. O primeiro é o de Carmem Echauri *et al.* (1992), que discute o feminismo no país e as estratégias de participação feminina no espaço público. A obra de Benjamín Arditi (1992), por sua vez, analisa o processo de transição democrática e o desenvolvimento da cultura cívica, levando em consideração a presença do autoritarismo na cultura política e as deficiências na superação do bipartidarismo tradicional. Em 1994, intelectuais paraguaios participaram de um encontro organizado pela Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, no qual debateram maneiras de construção de uma cultura democrática no país, tendo em conta a defesa da equidade social, o respeito aos direitos humanos, a reforma da rede educacional e a participação popular no espaço público. O texto das apresentações de importantes intelectuais, como Guido Rodríguez Alcalá, Bartolomeu

Melià e Gloria Rubín, foram compilados por Line Bareiro, Ticio Escobar e Saúl Sosnowski (1994), em trabalho lançado pelo CDE.

Apesar de ter se intensificado após o fim da ditadura militar de Stroessner, os debates acerca do caminho democrático a ser trilhado pelo Paraguai foram realizados durante os últimos anos do regime autoritário. O processo de liberalização da ditadura, a importância de uma nucleação pluripartidária e a necessidade de construção de uma cidadania eram os principais temas de discussão dos intelectuais no ocaso do regime. À vista disso, o objetivo deste artigo é analisar o horizonte democrático apresentado por três intelectuais paraguaios: Juan Andrés Cardozo, Alfredo M. Seiferheld e José Luis Simón. Através de artigos publicados em jornais do país, entre 1978 e 1986, esses intelectuais auxiliaram na construção de uma teoria da democracia no Paraguai.

Este artigo é orientado pela perspectiva da História Intelectual na América Latina, compreendida por Carlos Altamirano (2008: 9-27) como uma abordagem interdisciplinar que analisa o discurso dos intelectuais e sua atuação no espaço público. De modo geral, o autor entende o intelectual como uma categoria socioprofissional, vinculado, majoritariamente, ao espaço urbano e que se conecta com outros intelectuais através de instituições, de movimentos culturais e da arena política. Nesse ambiente de sociabilidade, apresentam ideias e cenários que se refletem no campo político. Altamirano considera que o intelectual é um mediador da vida política e da vida cultural. Exercendo essa função, seriam consultados pelos meios de comunicação sobre temas diversos.

O olhar de Altamirano sobre o ofício intelectual pode ser visto na atuação política dos intelectuais paraguaios. Ante às limitações dos espaços acadêmicos e culturais, jovens intelectuais publicavam em jornais da imprensa partidária e empresarial artigos com reflexões sobre o modelo de democracia a ser implementado no país, em um momento de liberalização da ditadura.

Esse fenômeno também ocorreu em outros países sul-americanos, que passavam pelo mesmo processo de abertura política na década de 1980. Cecilia Lesgart (2002: 168-173), afirma que as restrições ao campo acadêmico e à circulação de obras críticas pelos aparelhos repressivos dos regimes militares fizeram com que intelectuais contrários às ditaduras expressassem reflexões sobre a democracia em espaços não-estatais. Nesses locais, grupos de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento e de distintas perspectivas teóricas

desenvolveram um vocabulário comum em torno dos conceitos-chave de democracia política e de transição democrática. Esses conceitos, segundo Lesgart (2002: 182-185), foram utilizados pelos intelectuais como categorias que determinaram o passado e elaboraram um horizonte de expectativa.

A partir da contribuição de Altamirano e de Lesgart, é necessário refletir aspectos da condição do intelectual no Paraguai. As instabilidades políticas e socioeconômicas da década de 1940 e a repressão da ditadura de Stroessner resultaram no exílio de muitos intelectuais e na postura cautelosa dos que permaneceram no país. Apesar da conjuntura adversa, os intelectuais críticos ao regime se organizaram em centros de estudo e em partidos políticos opositores, colaboraram em periódicos independentes e participaram de movimentos sociais.

O Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos, o Centro de Documentação e Estudos e as revistas universitárias *Mural* e *Criterio* são exemplos de espaços de atuação da intelectualidade paraguaia entre as décadas de 1960 e 1980. Essas organizações foram perseguidas pelos organismos repressores da ditadura, sendo algumas suspensas temporariamente e outras fechadas completamente. Muitos de seus integrantes foram presos. As reflexões sobre os problemas do país não ficaram circunscritas ao seu território. Os intelectuais exilados participaram de centros de estudos nos países em que estavam radicados e publicaram artigos em revistas de ampla circulação internacional, como *Nueva Sociedad*.

As conexões com grupos intelectuais do exterior, as ligações com as redes de sociabilidades nacionais e a confrontação com os problemas decorrentes do regime de Stroessner fizeram com que a intelectualidade paraguaia adquirisse uma sensibilidade política. Mesmo se diferenciando quanto à vertente teórica e à forma de atuação no espaço público, a intelectualidade do Paraguai se uniu pela aversão ao autoritarismo e pela necessidade de se pensar o porvir democrático no país. Mais adiante, retornaremos à discussão sobre a situação dos intelectuais durante a ditadura.

Como o nosso *corpus* documental é de artigos de intelectuais publicados em jornais, faz-se necessário ressaltar a metodologia de pesquisa com a imprensa. De acordo com José Marques de Melo (2003: 103-129), os veículos de comunicação contribuem com a circulação de diferentes perspectivas sobre os acontecimentos da sociedade. Assim, expressam as opiniões da empresa, por meio de editoriais; dos jornalistas, através de comentários; e dos colaboradores,

mediante artigos. Esses últimos, segundo Melo, são atores que buscam espaço na imprensa, com o intuito de participarem da vida política do país.

Os aspectos teóricos apresentados por Melo complementam a metodologia utilizada para analisar textos opinativos escritos por colaboradores dos jornais. O primeiro aspecto a ser levado em consideração é o problema discutido pelos autores e os caminhos argumentativos percorridos para encontrar uma solução, instigar o debate público ou contribuir com uma teoria. Em seguida, é necessário investigar a trajetória dos autores e dos veículos nos quais seus textos foram publicados. Por último, deve-se compreender o impacto desses artigos na opinião pública ou em um projeto de futuro. Essa proposta metodológica se aplica a textos publicados em periódicos da grande mídia, jornais independentes e veículos de partidos políticos ou movimentos sociais.

Os artigos escritos por Juan Andrés Cardozo, Alfredo M. Seiferheld e José Luis Simón foram publicados, respectivamente, por *La Tribuna*, *ABC Color* e *El Pueblo*. Enquanto esse último era um veículo partidário, os dois primeiros são diários da grande mídia paraguaia. Esses periódicos foram os principais em circulação no país, entre as décadas de 1970 e 1980. Os textos opinativos publicados por esses veículos tinham propósitos diferentes. Para os jornais da grande mídia, a existência de artigos escritos por colaboradores, muitas vezes com opiniões distintas das empresas jornalísticas, construía a imagem de veículos preocupados com a pluralidade de ideias. Já os textos existentes em *El Pueblo* faziam parte das ações combativas do Partido Revolucionário Febrerista à ditadura de Stroessner.

Antes de seguirmos com o objeto de estudo, convém apresentar aspectos gerais do regime autoritário de Alfredo Stroessner. Dessa forma, compreenderemos mais adequadamente os discursos políticos de Cardozo, Seiferheld e Simón entre 1978 e 1986.

A ditadura militar de Stroessner constituiu uma ordem política estável no Paraguai, através do robustecimento de elementos autoritários de governos anteriores e da modificação das estruturas sociopolíticas e institucionais do país. Ao assumir o poder, em 1954, Stroessner construiu um mecanismo formado pelo Partido Colorado, pelas Forças Armadas e pelo Poder Executivo. Da agremiação colorada, aproveitou sua capacidade de mobilização popular e as estruturas burocráticas, ao passo que a instituição castrense ofereceu seu instrumento de inteligência e poderio bélico. Essa aliança garantiu a permanência de Stroessner no poder por três décadas.

O elo entre militares, colorados e o ditador também se manifestou na configuração do sistema repressivo e de uma rede de prebendas, atingindo grande parte do tecido social e provocando um clima de medo e autocensura. A postura opositora ou a manifestação de críticas de indivíduos e movimentos eram repreendidas por agentes estatais e paraestatais, através da desarticulação das ações no espaço público, da censura da imprensa e da prisão e tortura dos manifestantes políticos.

Para assegurar a estabilidade de seu governo e construir uma fachada democrática, Stroessner implementou uma série de medidas político-institucionais ao longo da década de 1960: expedição de uma legislação eleitoral, permissão de atuação de partidos políticos opositores e promulgação de uma nova Constituição Nacional.

Mas por que essas disposições legais possuíam um falso semblante democrático? Primeiramente, o sistema eleitoral, instituído pela Lei 600/1960, estabelecia que a agremiação política mais votada nas eleições tinha o direito de ocupar dois terços da Câmara dos Deputados, deixando aos demais partidos o terço restante. Isso beneficiou o Partido Colorado, que possuía uma expressiva força eleitoral. Em segundo lugar, a ditadura de Stroessner permitiu somente a participação de duas agremiações opositoras: o Partido Liberal e o Partido Revolucionário Febrerista. Isso limitou a atuação de outros agrupamentos políticos, como o Partido Demócrata Cristão e as ramificações do Partido Liberal. Por fim, a Constituição de 1967, de caráter nacionalista e autoritária, permitiu a liberdade de expressão, desde que o *status quo* não fosse questionável, garantiu o estabelecimento do Estado de Sítio no país e proibiu a disseminação de discursos de ódio, com o intuito de perseguir os comunistas. Esses dispositivos constitucionais permitiram a arbitrariedade dos agentes estatais, como o fechamento de jornais que criticavam o regime e a prisão de opositores políticos.

Dessa forma, qual o destaque às questões democráticas dado pela historiografia sobre o processo de consolidação da ditadura? Ao analisar os primeiros anos do regime de Stroessner, Fatima Myriam Yore (1992) afirma que esse sistema de dominação autoritário foi reflexo das contradições do capitalismo dependente latino-americano e se configurou por meio das condições político-jurídicas previamente estabelecidas e de uma estrutura pactuada, no qual houve a domesticação e subordinação de militares e colorados à figura do ditador. A fachada democrática construída pelo regime na década de 1960 não é mencionada no livro. Porém, ao comentar sobre o autogolpe de 1959, Yore (1992: 139-140) destaca que Stroessner havia

proposto a liberalização da ditadura, por pressão de atores nacionais e internacionais. A tentativa malogrou e o regime exilou os colorados opositores, dissolveu o Congresso Nacional, levantou Estado de Sítio e intensificou a repressão. Por meio deste episódio, a autora nos mostra que a retórica democrática de Stroessner foi uma estratégia de manutenção de seu poder, frente às pressões internas e externas.

Entendendo que o regime de Stroessner provocou um processo de transformação nas estruturas políticas e socioeconômicas, Lorena Soler (2012: 117-136) aponta que uma das fontes de legitimidade da ditadura foi a construção de uma ordem simbólica, pautada na revalorização dos heróis nacionais e em uma nova leitura do passado. Com isso, a propaganda do regime associou o ditador ao sucessor das “famílias fundadoras” do Paraguai, capaz de garantir a estabilidade política e econômica ao país. O revisionismo histórico, que retomou os projetos nacionalistas, e o ideário militarista, conduzido pela máquina propagandística da ditadura, relacionou a “identidade nacional” ao “ser colorado” e elaborou um discurso de “paz e ordem”. Para Soler, a retórica democrática foi um elemento da ordem simbólica, instrumento de legitimação ideológica do regime.

Na década de 1970, o Paraguai vivenciou um expressivo crescimento econômico, impulsionado pela construção da usina hidroelétrica de Itaipu, e o consentimento de certas críticas ao regime de Stroessner, em virtude das pressões da política externa do governo estadunidense de Jimmy Carter (1977-1981) pelo respeito aos direitos humanos e instauração de uma democracia *de facto*. Com isso, jornais da grande imprensa adotaram um tom crítico, entidades engajadas na defesa dos direitos humanos foram fundadas (recebendo apoio de Robert White, embaixador dos Estados Unidos no país), agremiações opositoras à ditadura e movimentos sociais (vinculados a setores eclesiásticos e camponeses) lançaram periódicos contestando as ações do regime e uma nucleação pluripartidária, que questionava a legislação eleitoral e exigia um governo democrático, criada em 1979. Essa aliança ganhou o nome de Acordo Nacional e foi formada por duas agremiações não reconhecidas pela ditadura (Partido Liberal Radical Autêntico, ramificação do Partido Liberal, criado em 1978, e Partido Demócrata Cristão), um grupo dissidente do partido político oficial e perseguido pelo governo de Stroessner (Movimento Popular Colorado) e uma instituição legalizada (Partido Revolucionário Febrerista).

Esteban Caballero (1990: 97-117), ao analisar o sistema político paraguaio da década de 1980, destaca que havia um confronto entre o partido hegemônico autoritário, o qual adotou uma retórica institucional, e as agremiações políticas secundárias e/ou marginalizadas, que questionaram o *status quo*, marcado por fraudes eleitorais e ausência de garantias no exercício das liberdades políticas. Nesse cenário, os mecanismos ditatoriais enfraqueceram o desempenho comunicativo e eleitoral dos partidos secundários, afetando as relações dos dirigentes com suas bases, no diálogo com a cidadania e no fortalecimento das agremiações. Com isso posto, o Acordo Nacional apresentou um conjunto de demandas: um sistema que permita a organização e a mobilização dos partidos políticos; a defesa e promoção das liberdades civil e política; o levantamento do Estado de Sítio; a criação de uma legislação eleitoral que implementasse um sistema de representação proporcional e um sistema de financiamento público das campanhas eleitorais; e a estruturação de um Estado moderno, guiado pelos princípios da legalidade e da imparcialidade partidária.

Sob tal conjuntura, qual era a situação dos intelectuais paraguaios? Rubén Barreiro-Saguier (1978: 56-63) apontou que a repressão da ditadura de Stroessner aos intelectuais se deu nas universidades, na imprensa e no campo editorial. De acordo com o literato, o processo repressivo no setor universitário ocorreu através da proibição de organizações sindicais e assembleias docentes e discentes. No caso de publicações de livros, a prática repressiva governamental se efetuou por meio da censura, na qual os agentes estatais alegavam que o material publicado era subversivo. Em relação à imprensa, a intimidação também aconteceu mediante censura, acrescentada ao sequestro de exemplares e ao fechamento de periódicos por funcionários do regime, e à autocensura, na qual a empresa jornalística responsabilizava o indivíduo (funcionário ou colaborador) pelo conteúdo publicado. Barreiro-Saguier ressaltou que muitos intelectuais (escritores, jornalistas, pesquisadores, professores, artistas) foram presos em regime de incomunicação absoluta e, posteriormente, perderam seus empregos, resultando no ostracismo e no confinamento. Dessa forma, alguns intelectuais se exilaram para escapar da perseguição da ditadura.

A partir do fim da década de 1970, a comunidade intelectual paraguaia começou a se fortalecer. Para Line Barreiro (1987: 9-19) os intelectuais desse período promoveram debates dinâmicos e abertos sobre os problemas nacionais, levando em consideração as discussões internacionais. O robustecimento desse campo ocorreu paralelamente ao aumento das ações dos

movimentos sociais no Paraguai. Benjamín Arditi e José Carlos Rodríguez (1987: 91-98) ressaltaram que, nesse período, formou-se uma rede de sociabilidade, na qual intelectuais participavam de tarefas conjuntas com sindicalistas e estudantes, como palestras e seminários, e publicavam análises críticas sobre a sociedade.

Foi nesse cenário que intelectuais refletiram o porvir democrático e os desafios políticos do país através de artigos publicados nos jornais paraguaios. Acreditamos que esses debates colaboraram a construção de uma teoria da democracia no Paraguai. Para confirmar essa hipótese, analisaremos o discurso de três intelectuais contemporâneos entre si. A escolha desses intelectuais frente a outros do mesmo período se deu pelo confronto de ideias de figuras com perfis diferentes. Apesar de defenderem princípios democráticos e apresentarem projetos de futuro em comum, os autores apresentam divergências, como veremos a seguir.

O primeiro discurso a ser analisado é o de Juan Andrés Cardozo. Filósofo e ensaísta, formou-se na Universidade Nacional de Assunção e exerceu diversas funções no jornalismo. No jornal *La Tribuna*, durante a gestão de Oscar Paciello (1978-1983), foi secretário de redação e um dos principais colunistas. Esse diário, de acordo com Paulo Alves Pereira Júnior (2018), adotou uma linha editorial analítica, criticou ações da ditadura de Stroessner e deu espaço a políticos opositores, durante a administração de Paciello. Em seus editoriais, a empresa jornalística defendeu a democracia representativa e o fortalecimento das instituições no país.

A perspectiva de democracia de *La Tribuna* era a mesma de Cardozo? Não. Para Cardozo (21/2/1979: 10), a democracia deveria se associar aos valores de liberdade e de justiça social e assegurar os interesses do povo. Cardozo (23/4/1979: 10) entendia que a principal deficiência da democracia representativa seria a limitação da participação popular no governo. Isso acarretaria outros problemas, como a apropriação do poder pela elite dominante e a possibilidade de corrupção e de arbitrariedade, a ausência de uma justiça social plena e a excessiva preocupação com o sistema eleitoral. Apesar das adversidades, o filósofo ressaltou a importância dos princípios democráticos. Suas críticas foram de encontro ao uso da máquina eleitoral pela classe dominante para se manter no poder, à marginalidade dos preceitos igualitários e à ausência de uma cidadania no país. Dessa forma, Cardozo defendia a democracia participativa.

Pensando nas reconfigurações da estrutura política paraguaia do período, Cardozo (21/2/1979: 10) afirmou que o conceito de democracia representativa não teria capilaridade. O

aparelho político desse modelo de democracia não se restringia mais aos partidos, passando a incluir os movimentos sociais. Em tal situação, as agremiações políticas agregariam em seus quadros profissionais idôneos, capazes de atender aos requisitos da sociedade, provocando maior capacitação do político e aumentando a pluralidade. O desdobramento desse processo seria o desenvolvimento da consciência política da população e da conduta ética dos agentes públicos. Esses seriam, para Cardozo, os requisitos para a construção da democracia participativa e da cidadania política no Paraguai.

O sistema político paraguaio do período, segundo Cardozo (21/2/1979: 10), não se configurava uma democracia, sendo uma homogeneidade social idealizada, institucionalizada apenas nos aspectos políticos e jurídicos. Essa interpretação desconstrói a retórica democrática do regime autoritário de Stroessner, ao apontar a necessidade da participação da sociedade civil e a configuração de uma classe dirigente comprometida com valores éticos. Como forma de reforçar seu posicionamento, o filósofo observou a conjuntura regional e a situação paraguaia.

Começamos com o primeiro aspecto. Cardozo (6/12/1978: 10), ao analisar a conjuntura política latino-americana, questionou os motivos da crise da democracia na região. Para ele, os problemas não estariam nas lutas ideológicas, mas nas limitações da democracia. É importante ressaltar que o filósofo, ao apontar as lutas ideológicas, referiu-se aos embates entre esquerda e direita. Retornando ao seu diagnóstico, a América Latina não poderia se desenvolver por completo fora da democracia. Essa nova ordem, nas palavras do autor, deveria promover a liberdade e a participação cidadã nas gestões política, econômica e cultural. Portanto, Cardozo questiona a retórica da ditadura de Stroessner, que responsabilizava a esquerda pelos males da democracia. Em sua concepção, a crise desse modelo estaria na natureza dos regimes autoritários, que limitavam a cidadania e as liberdades.

Nos artigos publicados em *La Tribuna*, Cardozo comentou as experiências positivas e negativas da democracia na região. Segundo o filósofo, a Venezuela apresentava um sistema democrático estável, apoiado pelos diversos setores do poder social (CARDOZO, 6/12/1978: 10). A eleição de um novo presidente no Equador em maio de 1979, após oito anos de instabilidade política, foi comemorada por Cardozo (10/5/1979: 10), que associou este acontecimento ao desejo dos povos latino-americanos pelos princípios democráticos. Meses após a eleição do novo mandatário equatoriano, houve uma sublevação militar na Bolívia. A respeito desse episódio,

Cardozo (17/10/1979: 10) afirmou que os grupos que atacam a ordem democrática seriam inimigos do povo e manifestou sua preocupação com as adversidades da democracia na região.

Sobre a situação paraguaia, Cardozo (21/2/1979: 10) afirmou que a maioria da população deseja viver em uma democracia, identificada com a liberdade e a justiça social. O filósofo também se posicionou a respeito da conformação do Acordo Nacional, amplamente debatido pela opinião pública da época. Cardozo (20/2/1979: 10), sem mencionar a nucleação pluripartidária, destacou a importância do estabelecimento do diálogo fecundo e esclarecedor, tendo por objetivo a criação de uma comunidade unida. Isso apenas seria possível, segundo Cardozo, se o interlocutor não se negasse a discutir as ideias dos outros. Em um local onde não houvesse um diálogo crítico, estabelecer-se-iam condições favoráveis à opressão. Apesar de não ter citado o Acordo Nacional, Cardozo acreditava que a criação dessa aliança beneficiaria a construção de uma cidadania política e crítica, elemento central no processo de democratização do país.

Nos artigos mencionados anteriormente, Cardozo apresentou uma percepção teórica a respeito da democracia participativa e da cidadania política. Entretanto, um acontecimento provocou um posicionamento mais direto contra a ditadura de Stroessner. Em maio de 1979, moradores de Fernando de la Mora, na região metropolitana de Assunção, foram impedidos pelas autoridades de se reunirem em assembleia comunitária que debatia os problemas da cidade. A proibição era justificada pelos dispositivos constitucionais. A respeito do ocorrido, Cardozo publicou um artigo em *La Tribuna*.

O texto se inicia fazendo uma reflexão sobre os desafios da democracia e aponta que sua legitimidade depende da relação dos governantes-governados, não das normas jurídicas. A liberdade de organização cidadã, as tarefas governamentais de canalizar as inquietudes populares e o respeito pelo diálogo seriam características do sistema democrático (CARDOZO, 23/5/1979: 10). Após destacar os elementos do conceito de democracia, Cardozo debateu a incidência desse sistema político no país. Os obstáculos à democracia, no Paraguai, manifestar-se-iam na construção de “subversivos” em nome de uma retórica democrática, com o intuito de deter um processo de abertura política. Cardozo acredita que tais falácias não possuíam força ante a população, que estaria se conscientizando de seus direitos cívicos. Frente a esse processo, caberia ao governo salvaguardar os direitos às liberdades dos setores populares e, conseqüentemente, assegurar a vigência da democracia. Para isso, os governantes deveriam

ter autoconfiança sobre a ideologia democrática e o seu serviço à justiça e à soberania popular; caso contrário, o processo de solidificação da democracia seria afetado. O sentimento de nacionalidade, acompanhado pelo espírito de compreensão e honestidade, deveria nortear o “despertar democrático” entre o povo paraguaio (CARDOZO, 23/5/1979: 10).

Nesse artigo, Cardozo questionou a retórica da ditadura, a qual assegurava a democracia no país por meio da contenção de supostos grupos que ameaçavam esse sistema, e apontou que a conscientização política dos setores populares foi alcançada pela experiência autoritária no Paraguai. Sobre o primeiro ponto, Soler (2012) ressalta que o regime utilizou a legalidade como instrumento de legitimação do sistema democrático. Cardozo refuta justamente esse mecanismo do governo autoritário. A respeito do segundo ponto, a perspectiva de Cardozo se diferencia de parte da historiografia sobre o regime de Stroessner, que associa a conscientização política ao clima de medo social (ROA BASTOS, 2006), provocado pelos mecanismos repressivos e pela rede de prebendas, ou às ações da Igreja Católica (CÁRTER, 1991).

Juan Andrés Cardozo apresenta uma teoria da democracia que corresponde ao respeito às liberdades, o fortalecimento do diálogo nacional, a construção da justiça social, a defesa da participação da população no governo, a intensificação dos movimentos sociais e a elaboração de uma cidadania crítica. Sua contribuição teórica leva em consideração os problemas políticos e socioeconômicos do país, como a corrupção, a arbitrariedade da ditadura e a desigualdade social; ao mesmo tempo em que observa a realidade local e internacional. No entanto, Cardozo não discute a participação das mulheres e dos camponeses na democratização paraguaia, tampouco a importância de outras regiões nacionais nesse processo. Mesmo com essa lacuna, a teoria de Cardozo possuía bases sólidas, fruto de uma reflexão profunda sobre o Paraguai.

Alfredo M. Seiferheld foi outro intelectual que discutiu a formação da cidadania e os caminhos da democracia no Paraguai. Graduou-se em História pela Universidade Nacional de Assunção e era membro da Academia Paraguaia de História e do Instituto Paraguaio de Estudos Geopolíticos e Internacionais. Como jornalista, foi correspondente de veículos de comunicação internacionais e escreveu para o diário paraguaio *ABC Color*. Esse jornal, segundo Beatriz González de Bosio (2008), teceu sérias críticas à ditadura de Stroessner, o que resultou em prisões de seus jornalistas e em sanções do governo. Empastelado em março de 1984, o diário retornou ao cenário editorial após a queda do regime autoritário.

Os escritos de Seiferheld, analisados nesse artigo, debatem três temas associados ao processo de democratização no país: o respeito às liberdades, a construção de uma cultura cívica e a preocupação pela estruturação de uma cidadania juvenil. Na maioria das vezes, o autor discute essas questões tendo como referência acontecimentos no cenário político da época.

A importância da liberdade de opinião na construção da democracia paraguaia foi tema de dois artigos publicados em *ABC Color*. Ao comentar a reiterada proibição de acesso estudantil às dependências da Universidade Nacional, em virtude da manifestação agendada pelo Centro de Estudantes do curso de Direito, Seiferheld (13/7/1980: 12) questionou o porquê do governo privar o exercício da livre discussão aos futuros advogados da nação e afirmou que a atitude das autoridades poderia gerar efeito contrário: a ocupação das ruas pelos estudantes, com o objetivo de expressarem suas ideias. Em outro escrito, Seiferheld (22/3/1981: 10) ressaltou que esse princípio não era respeitado por alguns setores da sociedade paraguaia. Para o historiador, a intolerância às ideias alheias se manifestava no governo, nos partidos políticos opositores e na imprensa. A solução desse problema seria a construção de uma união nacional.

Seiferheld acreditava que um dos pilares da democracia era o pleno exercício da opinião e a liberdade de organização. Apesar de ter focado no setor estudantil, acreditamos que a defesa das liberdades se dirigiu a toda sociedade civil. O pensamento político de Seiferheld se reflete na preocupação de uma união social em defesa da democracia no Paraguai. Agressões verbais e acusações infundadas oriundas de qualquer grupo social, para o historiador, debilitariam a incipiente cidadania do país.

Uma proposta recorrente nos artigos de Seiferheld é a formação de uma cultura cívica. Refletindo sobre a conjuntura econômica e política dos países em desenvolvimento, o autor destaca que o Paraguai oferecia condições de se desenvolver economicamente a longo prazo, em virtude do cenário internacional do período; porém, o país apresentava um “subdesenvolvimento político”, ao ter retrocedido na busca de um modelo democrático elevado e sano. Frente a esse diagnóstico, o remédio estaria no amadurecimento das agremiações políticas, no respeito às ideias dissonantes, na união nacional e no desenvolvimento de projetos políticos para a construção de uma sociedade democrática (SEIFERHELD, 14/2/1982: 10).

Outra preocupação de Seiferheld era com a formação de uma cidadania juvenil no Paraguai. Para ele, a falta de uma cultura cívica, o desconhecimento do passado e o desinteresse pelo futuro da nação contribuiriam para a construção de uma juventude apática politicamente.

As alas jovens das agremiações políticas também apresentavam problemas, pois seus membros não tinham ciência da história e do ideário de seus partidos (SEIFERHELD, 13/9/1981: 19). Em eventos voltados aos universitários filiados ao Partido Colorado, dois políticos dessa agremiação política manifestaram suas preocupações sobre a filiação em massa e o desconhecimento do ideário do partido pelos jovens. Seiferheld (20/6/1982: 12) corroborou as falas de ambos os políticos, ressaltando que a militância saudável se daria a partir de princípios políticos e não de uma obrigação. Essa atitude, segundo o historiador, enfraqueceria o Partido Colorado. Ante esse cenário, seria necessário preservar os valores cívicos e fortalecer as convicções políticas dos jovens.

A noção de cultura cívica existente nos escritos de Seiferheld remete aos estudos dos politólogos estadunidenses Gabriel Almond e Sidney Verba. De acordo com ambos, a cultura cívica se estrutura na comunicação e na persuasão, sendo um elemento de consenso e de diversidade, o qual permite mudanças, mesmo que moderadas (ALMOND; VERBA, 1970: 24). Além disso, combina-se às orientações políticas de participação dos cidadãos na sociedade (ALMOND; VERBA, 1970: 48-49). Para Seiferheld, era imprescindível, para a construção de uma cultura cívica no Paraguai, o respeito às liberdades pelo Estado, o interesse dos cidadãos nos assuntos políticos do país, a convivência harmoniosa de adversários políticos e a civilidade no debate público. Nesse cenário, a cidadania política e a democracia seriam robustecidas.

Quando denunciou a restrição de liberdades e defendeu a formação de uma cidadania juvenil, Seiferheld apontou casos ocorridos no meio universitário. Mas qual a importância desse campo no processo de democratização do Paraguai? Antes de respondermos esse questionamento, convém apresentarmos a situação universitária do período.

Ao analisar o cenário universitário durante a ditadura de Stroessner, Jorge García Riart (1999: 34-35) ressaltou que os dispositivos legais que regiam as instituições de ensino superior foram substituídos pela Lei Orgânica 356, de 1956, que partidarizou a estrutura universitária e restringiu a constituição de grêmios e sindicatos.

Com isso, o Partido Colorado passou a controlar esse campo, obrigando professores, estudantes e funcionários a se filiarem à agremiação e tomando os centros discentes. Os estudantes oficialistas obtinham facilidades e benefícios, consolidando sua presença nas atividades políticas fora dos campi, enquanto os discentes opositores eram reprimidos por exigirem maior autonomia universitária. Ao mesmo tempo em que o movimento estudantil

opositor crescia, o sistema repressor estatal aumentava seu domínio nos órgãos de decisão e a vigilância do conteúdo dos currículos universitários. Essa tensão, associada à crise política e social, possibilitou que as demandas estudantis pela autonomia universitária se convertessem em lutas por mudanças sociais (GARCÍA RIART, 1999: 34-35; 83-85).

No final da década de 1960, a comunidade universitária intensificou sua luta por autonomia; no entanto, foi reprimida pelas forças governamentais. Isso não impediu as ações dos discentes opositores ao regime. Nos anos 1980, o movimento estudantil universitário passou a ocupar as ruas e a participar de protestos sociais. Suas reivindicações por autonomia universitária e outros direitos estudantis se somaram às outras demandas sociais. A postura independente dos estudantes gerou desconforto nos dirigentes partidários, apegados a um modo tradicional de pensar e organizar as ações políticas (ARDITI; RODRÍGUEZ, 1987: 71-87). A partir do exposto, o movimento universitário foi importante para a construção democrática no Paraguai, ao impulsionar a participação desse ator político nas marchas públicas e ao reivindicarem liberdade e melhorias no sistema educacional.

O posicionamento de Seiferheld acerca da formação de uma cidadania juvenil parece-nos contraditório em alguns aspectos. Quando tratou da juventude como um todo, criticou a ausência de uma cultura cívica e apontou um desinteresse político. No entanto, como vimos no caso dos estudantes universitários, a experiência em um cenário autoritário foi um dos fatores de politização. A crise sociopolítica e econômica da sociedade refletiu no cotidiano dos jovens paraguaios, provocando a mobilização de muitos. Sobre os estudantes universitários, Seiferheld não levou em consideração os modos de articulação política desse campo, distintos das atividades partidárias e de outros movimentos sociais.

A teoria de democracia de Alfredo M. Seiferheld consistia no estabelecimento das liberdades civis e políticas; na formação de uma cultura cívica, que se refletia na união nacional e no respeito às ideias divergentes; na reorganização dos partidos políticos, os quais deveriam apresentar projetos de transição democrática exequíveis e promover uma militância espontânea; e o robustecimento de uma cidadania juvenil, consciente politicamente.

Seiferheld, ao propor um caminho para a democracia no Paraguai, não leva em consideração a participação dos setores populares na democracia e os desafios desse sistema no país. Quando olha para os problemas do país, o faz com certo distanciamento, sem aprofundar

suas reflexões nos problemas socioeconômicos e políticos do período, como a repressão do regime e a profunda desigualdade social.

O terceiro intelectual paraguaio que debateu os caminhos da democracia no país foi José Luis Simón. Graduado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Chile e pela Universidade Católica de Assunção, foi diretor executivo do Instituto Paraguaio para a Integração da América Latina e lecionou na Universidade Católica de Assunção. Na função de jornalista, desempenhou a função de chefe de redação de *El Pueblo*, porta-voz do Partido Revolucionário Febrerista. De acordo com Lorena M. Soler (2015), o seminário febrerista se converteu em uma publicação independente e massiva e contestou a ditadura de Stroessner.

Diferentemente de Juan Andrés Cardozo e Alfredo M. Seiferheld, Simón utilizou uma linguagem mais direta ao abordar os acontecimentos político do período em seus escritos em *El Pueblo*. O sociólogo discutiu dois temas importantes para o processo de democratização do país: a necessidade da formação de uma nucleação pluripartidária e o aumento do protagonismo político dos setores populares.

Em meados da década de 1980, a ditadura de Stroessner se enfraquecia, em virtude dos casos de corrupção envolvendo autoridades e militares, da divisão do Partido Colorado entre apoiadores e contestadores do ditador, do mal-estar entre as Forças Armadas, da imagem adversa internacional, da crise econômica e do aumento das manifestações contrárias ao regime, organizadas por agremiações políticas opositoras e por movimentos sociais.

Frente a esse cenário, Simón (18/12/1985: 2) afirmou que era o momento certo para que o Acordo Nacional conduzisse ações políticas diretas, como detectar os problemas sociais e lutar pelas reivindicações fundamentais dos setores populares. Esse movimento possibilitaria, segundo o sociólogo, a derrubada da ditadura e a impossibilidade de que “herdeiros políticos” de Stroessner chegassem ao poder, concretizando o projeto de um autoritarismo modernizado. Simón alertou que a conduta mais enérgica do Acordo Nacional deveria ocorrer logo, pois, em momentos de máxima debilidade ditatorial, a única fortaleza do regime seria as incipientes forças opositoras, democráticas e progressistas.

No final de 1985, o Partido Revolucionário Febrerista convocou as forças opositoras ao regime para um ato público, agendado para fevereiro do próximo ano. A data remete às origens dessa agremiação política, formada por apoiadores de Rafael Franco, que assumiu o poder após o golpe de 17 de fevereiro de 1936. É importante ressaltar que esse partido mudou seu ideário

político desde a ditadura de Franco (1936-1937), passando a defender princípios anti-imperialistas e social-democráticos.

Em seu artigo, Simón (28/12/1985: 2) explicou que o objetivo do evento era conclamar o povo para que, pacífica e organizadamente, ocupasse as ruas e protestasse contra o regime de Stroessner. O sociólogo orientou os dirigentes dos partidos políticos opositores a trazerem figuras que tiveram seus direitos violados pela ditadura (exílio, tortura, perseguição econômica, discriminação política) ao ato público, para explicarem ao povo o processo de democratização no país. Além disso, sugeriu que os mesmos dirigentes propusessem reivindicações concretas aos movimentos sociais, para estimulá-los a integrar as lutas de seus partidos e organizações. Ao final de seu escrito, Simón (28/12/1985: 2) ressaltou que a construção de um bloco alternativo de poder, que buscasse democratizar o país e atender as necessidades dos setores populares, somente seria possível pelo caminho da ação política.

A manifestação contra a ditadura de Stroessner, com participação das camadas populares e de setores sindicais e políticos, ocorreu em 14 de fevereiro de 1986, na Praça Itália, localizada na região central de Assunção, com a participação de seis mil pessoas. O ato público foi convocado pelo Partido Revolucionário Febrerista e pelas agremiações que compunham o Acordo Nacional. Participaram do evento, além dos dirigentes políticos, jornalistas, intelectuais, sindicalistas, militantes de direitos humanos e representantes de movimentos e partidos políticos internacionais (Partido Socialista da França, União Cívica Radical da Argentina, Frente Ampla do Uruguai, Partido do Movimento Democrático Brasileiro etc.).

Dentre os temas abordados nas falas dos participantes estavam o fim da influência do Partido Colorado nas Forças Armadas e na estrutura burocrática, a dissolução do elo colorados-militares-ditador, o levantamento do Estado de Sítio, o retorno dos exilados políticos, o término das leis repressivas e da corrupção estatal, a garantia de trabalho e aumento do poder aquisitivo do salário-mínimo e o respeito às liberdades e aos direitos humanos.

Para Simón (19/2/1986: 2), a manifestação foi uma demonstração das lutas democráticas dos cidadãos paraguaios que estavam, paulatinamente, recuperando o protagonismo político e os espaços públicos. Apesar dos avanços, o sociólogo apontou dois problemas: a inexistência de lideranças camponesas no palco do ato público e as demandas populares por mais ação dos dirigentes políticos, com o intuito de avançar com a transição pacífica à democracia.

Benjamín Arditi (1992: 41-43), ao analisar o sistema de partidos políticos durante a ditadura de Stroessner, afirma que entre 1978 e 1989 vigorou um mecanismo de relacionamento institucional entre o governo e os partidos políticos opositores legalizados, que participavam das eleições e ocupavam cargos no Congresso, e não tolerados e proscritos, os quais careciam de um espaço institucional e tinham suas atividades reprimidas pelo regime. Nesse sistema, segundo Arditi e Rodríguez (1987: 92), a oposição partidária se limitou a uma retórica passiva sem incidência sobre a institucionalidade e a cidadania e se caracterizou pela ausência de um projeto político alternativo, de ações concretas e de reivindicações dos setores populares.

As críticas de Simón às atividades do Acordo Nacional, sobretudo a inexistência do diálogo com os movimentos sociais, corroboram o posicionamento de Arditi e Rodríguez sobre certas ações inoperantes da oposição partidária, composta em grande medida pela referida nucleação pluripartidária. No entanto, Simón vai além de seus congêneres ao ressaltar a necessidade da união das agremiações opositoras para o processo de democratização e de instigar a participação política dos setores populares.

Há, nesse caso, uma visão diferenciada do papel dos partidos políticos opositores na democratização do país. Simón, sociólogo e correligionário da agremiação febrerista, defendeu que o processo de abertura democrática seria possível com a junção dos partidos opositores, que deveriam agregar as demandas dos setores populares e dos movimentos sociais e organizar politicamente a população paraguaia. Por sua vez, Arditi e Rodríguez (1987) dão importância às ações dos movimentos sociais (trabalhadores, estudantes e camponeses) no processo de abertura política no Paraguai. Ambos os autores não excluíram a participação dos partidos políticos opositores, mas ressaltaram que a estruturação dos movimentos sociais se deu pela experiência desses grupos.

A teoria democrática de Simón se traduz na mobilização dos partidos políticos opositores, em conjunto com os movimentos sociais e com o apoio de grupos políticos internacionais, com o intuito de enfraquecer a ditadura de Stroessner e promover o processo de abertura política no Paraguai. Dessa forma, a proposta de Simón assume um duplo movimento da nucleação pluripartidária opositora para reivindicar o fim do autoritarismo: reconquistar as ruas, por meio de protestos e passeatas, e modificar o sistema político através do âmbito

institucional. A derrubada da ditadura de Stroessner, segundo o sociólogo, deveria se dar pela via eleitoral.

Simón oferece uma teoria democrática interessante, pautada na conjuntura política e social do país no período e na realidade dos países da região, que passavam por semelhantes processos de abertura política. No entanto, seu posicionamento é frágil, ao depositar na oposição partidária o protagonismo na derrubada da ditadura de Stroessner. Em virtude dos problemas de articulação política e de mobilização social, as agremiações opositoras não conseguiram derrubar o ditador, tampouco assumir o poder após o fim do regime. O temor de Simón de que um “herdeiro político” de Stroessner pudesse chegar à presidência se concretizou. A ditadura de Stroessner foi finalizada por meio de um Golpe de Estado, organizado pelo antigo aliado do ditador, general Andrés Rodríguez, que posteriormente ganhou as eleições presidenciais, pelo Partido Colorado.

À guisa de conclusão, as crises política e socioeconômica intensificadas na década de 1980, juntamente com o aumento das ações contestatórias dos movimentos sociais e dos partidos políticos e a abertura política nos países da região, provocaram o enfraquecimento da ditadura militar de Alfredo Stroessner e os debates sobre a democracia paraguaia. Os intelectuais foram atores importantes desse processo, pois a articulação com a oposição e a leitura de teorias internacionais possibilitaram suas leituras sobre a abertura política e a construção de uma democracia plena. O modo de atuação no espaço público desses intelectuais se deu com a publicação de artigos em importantes jornais do país, vinculados a partidos políticos opositores ou da grande imprensa.

O presente artigo analisou o horizonte democrático apresentado por três intelectuais paraguaios em seus escritos publicados na imprensa e a incidência de uma teoria da democracia no país. Os posicionamentos de Cardozo, Seiferheld e de Simón a respeito da construção democrática no Paraguai se convergem ao incluir nesse projeto a defesa das liberdades, o estímulo à participação dos setores populares na vida política, a necessidade do pluralismo de ideias, a importância de romper com o autoritarismo e o respeito às instituições.

No entanto, diferenciam-se quanto ao papel dos partidos políticos e ao protagonismo da população no processo democrático. A respeito do primeiro aspecto, Cardozo e Seiferheld marginalizam a figura das agremiações opositoras, enquanto Simón lhes dá destaque. Sobre o segundo ponto, Cardozo e Simón ressaltam a relevância das ações políticas dos setores

populares na construção da democracia, à medida que Seiferheld não enfatiza a participação popular nesse cenário. Essas diferenças se deram pela função política e profissional de cada intelectual. Seiferheld dividia seu labor jornalístico com a pesquisa histórica e era ligado a instituições culturais e universitárias do país. Por sua vez, Cardozo e Simón exerceram suas atividades jornalísticas e acadêmicas ao mesmo tempo em que militavam no Partido Demócrata Cristão e no Partido Revolucionário Febrerista, respectivamente.

As teorias da democracia elaboradas por Juan Andrés Cardozo, Alfredo M. Seiferheld e José Luis Simón em seus escritos contribuíram para a construção das bases democráticas no Paraguai, realizadas a partir da luta da sociedade contra a ditadura militar de Alfredo Stroessner e da defesa de projetos políticos que respeitassem os princípios democráticos. O resultado desse caminho trilhado pela sociedade foi a Constituição Nacional de 1992, que trancou o autoritarismo estatal e fortaleceu a cidadania. Entretanto, os problemas políticos e socioeconômicos persistem: desigualdade social, abusos de autoridade, corrupção institucional, desrespeito às liberdades e perseguição a atores políticos opositores aos governos. Frente a esse cenário, as mobilizações dos setores sociais e o posicionamento intelectual em favor da democracia são necessários para o robustecimento desse preceito no Paraguai.

Fontes

CARDOZO, Juan Andrés. Con su flujo y decadente la democracia es posible. *La Tribuna*, Asunción, 6/12/1978. p. 10.

CARDOZO, Juan Andrés. Democracia y totalitarismo. *La Tribuna*, Asunción, 23/04/1979. p. 10.

CARDOZO, Juan Andrés. Exigencia de la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 21/02/1979. p. 10.

CARDOZO, Juan Andrés. Hora del dialogo nacional. *La Tribuna*, Asunción, 20/2/1979. p. 10.

- CARDOZO, Juan Andrés. Responsabilidad ante la frágil democracia. *La Tribuna*, Asunción, 17/10/1979. p. 10.
- CARDOZO, Juan Andrés. Responsabilidad democrática. *La Tribuna*, Asunción, 23/05/1979. p. 10.
- CARDOZO, Juan Andrés. Roldós y el regreso a la democracia. *La Tribuna*, Asunción, 10/05/1979. p. 10.
- SEIFERHELD, Alfredo M. Fortalecer las convicciones políticas de los jóvenes. *ABC COLOR*, Asunción, 20/6/1982. p. 12.
- SEIFERHELD, Alfredo M. Apatía juvenil hacia la política. *ABC COLOR*, Asunción, 13/9/1981. p. 19.
- SEIFERHELD, Alfredo M. El respecto a la opinión ajena. *ABC COLOR*, Asunción, 22/3/1981. p. 10.
- SEIFERHELD, Alfredo M. Las puertas cerradas. *ABC COLOR*, Asunción, 13/7/1980. p. 12.
- SEIFERHELD, Alfredo M. Subdesarrollo político. *ABC COLOR*, Asunción, 14/2/1982. p. 10.
- SIMÓN, José Luis. Generar hechos políticos opositores. *El Pueblo*, Asunción, 25/12/1985. p. 2.
- SIMÓN, José Luis. Las tareas de la oposición. *El Pueblo*, Asunción, 18/12/1985. p. 2.
- SIMÓN, José Luis. Lucha pacífica, con participación popular. *El Pueblo*, Asunción, 19/2/1986. p. 2.

Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (1970). *La Cultura Cívica*. Estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones. Madrid: EURAMERICA.
- ALTAMIRANO, Carlos (2008). "Introducción general". In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.); MYERS, Jorge (ed.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz. p. 9-27.
- ARDITI, Benjamín (1992). *Adiós a Stroessner*. La Reconstrucción de la política en el Paraguay. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE).
- ARDITI, Benjamín; RODRIGUEZ, José Carlos (1987). *La sociedad a pesar del Estado*: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay. Assunção: El Lector.
- BAREIRO-SAGUIER, Rubén (1978). Los intelectuales frente a la dictadura: la represión cultural en el Paraguay. *Nueva Sociedad*, nro. 35, marzo-abril. p. 56-63.

- BARREIRO, Line (1987). "Prologo". In: ARDITI, Benjamín; RODRIGUEZ, José Carlos. *La sociedad a pesar del Estado: Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector. p. 9-19.
- BARREIRO, Line; ESCOBAR, Ticio; SOSNOWSKI, Saúl (org.) (1994). *Hacia una cultura para la democracia en Paraguay*. Asunción: Municipalidad de Asunción; University of Maryland and College Park; Centro de Documentación y Estudios.
- CABALLERO, Esteban (1990). "Actores políticos y sistema de partidos en el Paraguay". In: ACUÑA, Carlos; CAVAROZZI, Marcelo; DE RIZ, Liliana *et al.* *¿Hacia un nuevo orden estatal en América Latina?* 1. Democratización/modernización y actores socio-políticos. Buenos Aires: CLACSO. p. 97-117.
- CÁRTER, Miguel (1991). *El papel de la Iglesia en la caída de Stroessner*. Asunción: RP.
- ECHAURI, Carmen *et al.* (1992). *Hacia una presencia diferente*. Mujeres, organización y feminismo. Asunción: Centro de Documentación y Estudios (CDE).
- GARCÍA RIART, Jorge (1999). *Periodismo universitario en la década del '60: las ideas impresas de una generación*. Asunción: Editorial Marben.
- GONZÁLEZ DE BOSIO, Beatriz (2008). *Periodismo Escrito Paraguayo. 1845-2001 de la ficción a la profesión*. Asunción: Intercontinental Editora.
- LESGART, Cecilia (2002). Usos de la transición a la democracia. Ensayo, ciencia y política en la década del ochenta. *Estudios Sociales*. Revista Universitaria Semestral, 22-23. p. 163-185.
- MELO, José Marques de (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira.
- PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves (2018). *O arauto de uma nova alvorada no Paraguai: ideologia e política em "La Tribuna" (1978-1983)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras.
- ROA BASTOS, Augusto (2006). "Prólogo de la 1ª edición. El terror escrito por él mismo". In: BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. Asunción: Servilibro. p. 25-32.
- SOLER, Lorena M (2015). ¿De qué se ríe El Pueblo? La crisis del régimen stronista en las caricaturas del seminario del Partido Revolucionario Febrerista en Paraguay (1984-1987). *Historia Actual Online*, 38. p. 37-49.

- SOLER, Lorena (2012). *Paraguay, la Larga Invención del Golpe*: el stronismo y el orden político paraguayo. Buenos Aires: Imago Mundi.
- YORE, Fátima M (1992). *La Dominación Stronista*: Orígenes y consolidación – “seguridad nacional” y represión. Asunción: Base-IS.